



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
cerimônia de lançamento do Plano Nacional de Recursos Hídricos**

Palácio do Planalto, 03 de março de 2006

Senhores embaixadores acreditados junto ao meu governo,
Minha querida companheira ministra Marina Silva, nossa ministra do
Meio Ambiente,

Embaixador Almir Barbuda, ministro interino das Relações Exteriores,

Nelson Hubner, ministro interino de Minas e Energia,

Meu caro companheiro Agnelo Queiroz, ministro do Esporte,

Meu caro Rodrigues Figueiredo, ministro interino das Cidades,

Deputada Marinha Raupp,

Senhores representantes de organismos internacionais,

Meu caro João Bosco, secretário de Recursos Hídricos do Ministério do
Meio Ambiente,

Meu caro José Machado, presidente da Agência Nacional de Águas, a
ANA,

Senhor Gerson Kelman, presidente da Agência Nacional de Energia
Elétrica – ANEEL,

Senhor – não está aqui presente – o Rolf, presidente do Incra,

Senhor Maurício Mendonça Jorge, representante dos usuários dos
recursos hídricos,

Senhor Francisco de Assis Souza Filho, representante da sociedade
civil, ONGs e movimentos sociais,

Meus amigos do Ministério do Meio Ambiente, da ANA,

Meus companheiros do governo,

Empresários,

Mulheres e homens comprometidos com a defesa do meio ambiente,



Jornalistas presentes,

Bom, antes, dizer a vocês que ontem nós tivemos um dia gratificante, porque ontem nós sancionamos a Lei de Florestas, uma necessidade extraordinária para um país que tem, ainda, as reservas florestais que nós temos. E fazer uma lei que cuide das nossas florestas, dando cidadania às pessoas que delas quiserem fazer uso para o desenvolvimento do Brasil, não é pouca coisa e, quem sabe, seja um ensinamento a outros países que ainda têm florestas, senão iguais às nossas, pelo menos próximas às que nós temos. Dá cidadania, porque permite que os empresários que queiram trabalhar com madeira, neste país, não precisem viver na clandestinidade, não precisem viver sendo procurados cotidianamente pela Polícia Federal, pelo Ibama, pelo Ministério como um todo, mas terão certificado o seu trabalho e garantida a sua função empresarial, da mesma forma que os trabalhadores que quiserem fazer uso da floresta.

E hoje nós estamos cuidando, aqui, dos recursos hídricos. E amanhã, como disse a Marina, vamos cuidar do total da nossa biodiversidade com a Conferência que se inicia na cidade de Curitiba.

Eu penso que o que foi feito por você, Marina, envolvendo todos os organismos do Ministério do Meio Ambiente e os outros Ministérios envolvidos diretamente nesses assuntos, ou seja, eu penso que será percebido com muito mais força daqui a alguns anos, porque nós estamos constituindo todo um marco regulatório, dando os artigos necessários para que a sociedade tenha maior poder de controle. Agora, todos nós sabemos que tudo isso precisa, agora, ter uma dimensão maior de participação da sociedade para que essas coisas aprovadas sejam colocadas em prática.

Eu penso que o trabalho de vocês é um trabalho extraordinário. Vocês estão lembrados que quando nós tomamos posse, a gente dizia que primeiro a gente iria fazer o possível, depois a gente iria fazer o necessário e, depois, a gente iria fazer até o impossível. E eu acho que o que vocês conseguiram



provar é que não existe nada impossível de ser feito. O impossível, na verdade, é apenas um pouco mais difícil.

Enquanto no âmbito da burocracia governamental, que envolve vários ministros, essa coisa parece impossível de ser feita, a solução, que não é mágica, é uma solução que nós trazemos na nossa experiência de vida, é convidar a sociedade para ensinar o governo como fazer da forma mais democrática possível. E aí o Ministério conseguiu gerir este projeto e essas políticas todas que estamos apresentando.

Eu quero começar, então, dando os parabéns a todos que trabalharam, que tiveram paciência para ouvir. O exercício da democracia muitas vezes parece mais difícil, mas não tem nada melhor do que ele para que a gente possa tomar as decisões e co-responsabilizar não apenas um Ministro, um governo, mas a sociedade pelo filho que nós conseguimos colocar no mundo.

Portanto, começo te dando os parabéns, Marina, e a todo o pessoal que junto contigo, da ANA, dos Recursos Hídricos e de outros Ministérios que tão bem te ajudou a trabalhar isso.

Depois, eu quero falar da participação popular. Na verdade, no nosso governo a participação tem sido a viga mestra das principais decisões que nós temos tomado. Nós já tivemos 17 conferências nacionais. Eu, pessoalmente, já participei de 11 e, certamente, teremos tantas quantas forem necessárias, porque se tem uma coisa que nós não temos que ter preocupação é juntar o povo e perguntar para o povo como fazer as coisas direito neste país. E isso foi a razão do sucesso do que estamos lançando hoje, aqui. O Plano Nacional de Recursos Hídricos é um exemplo dessa conduta. O que temos aqui é o desfecho de um processo que envolveu, ao longo de três anos, cerca de sete mil pessoas em debates e consultas realizados em todo o território nacional, nas três esferas da federação: cidades, estados e a União.

Trata-se, portanto, de uma busca de consenso para gerir e preservar recursos que são vitais para a vida humana, o ambiente e o desenvolvimento. Um método, na verdade, muito superior a qualquer decisão burocrática que



pudéssemos tomar. Se destaco esse processo de elaboração é porque tenho a convicção de que na história o “como fazer” é tão importante quanto o “que fazer”.

Para nosso governo, a escolha entre congelar o presente ou saquear o futuro é uma falsa escolha, que não serve à natureza, não serve à economia e não serve à sociedade. O Brasil precisa crescer e preservar a natureza ao mesmo tempo e com igual intensidade. Para harmonizar esses objetivos só há uma alternativa – esta que a ministra Marina Silva tem valorizado e que o nosso governo adotou como método. Trata-se de fortalecer o papel desbravador da democracia participativa na busca de novos caminhos e consensos para o desenvolvimento brasileiro.

Minhas amigas e meus amigos,

O Plano Nacional de Recursos Hídricos é mais um tijolo nessa arquitetura de um país em construção. Com ele, o Brasil dá um passo adicional para proteger e usar com responsabilidade o patrimônio valioso que a natureza guardou em nossas fronteiras. O novo plano vai orientar a gestão das águas nacionais e, ao mesmo tempo, fortalecer nossa caminhada rumo ao cumprimento de um dos Objetivos do Milênio. Estou falando da meta que prevê aumentar o acesso ao saneamento e à água potável, reduzindo pela metade a população que ainda não conta com este benefício. Sabemos que a precariedade do saneamento básico e da oferta de água potável é uma das principais causas da mortalidade infantil, além de contribuir para a degradação acelerada dos recursos hídricos.

Desde o primeiro ano do nosso governo, lutamos para retomar os investimentos numa área gravemente negligenciada nos anos 90. Em 2003, atendemos a uma reivindicação histórica dos municípios e permitimos a captação direta de recursos pelas administrações locais para investir em saneamento básico. Nos últimos três anos aplicamos mais de R\$ 7 bilhões de reais nesse setor e para 2006 asseguramos mais R\$ 3 bilhões de reais com a mesma finalidade. Devemos, porém, aumentar ainda mais esses investimentos



com a aprovação da nova Política de Saneamento, enviada à Câmara dos Deputados em maio do ano passado pelo nosso governo. Tenho a certeza de que a saúde da população e a preservação das nossas águas terão no Poder Legislativo a urgência cívica que merecem, sem o atropelo de interesses particularistas ou eleitorais.

A Lei de Gestão de Florestas Públicas, sancionada ontem após a sua aprovação pelo Congresso Nacional, é um exemplo de que é possível construir um consenso em torno de um futuro melhor. Com ela, a sociedade deu um basta à ação predatória que avançava no rastro da omissão pública na Amazônia – e com isso também avançou na defesa de nossos recursos hídricos, que mantêm uma profunda interdependência com a floresta. Graças às ações de governo, entre 2004 e 2005, o ritmo das derrubadas na Amazônia brasileira caiu 31%. Esta é a primeira grande vitória dos últimos nove anos contra a devastação na grande reserva de água doce do planeta. Desde 2003, criamos ainda 15 milhões de hectares de Unidades de Conservação na Amazônia. Significa dizer que 33% de tudo o que o Estado brasileiro preservou na floresta foi iniciativa do nosso governo.

Meus amigos e minhas amigas,

O Brasil tem hoje uma política ambiental à altura da sua responsabilidade planetária e condizente com as urgências sociais do seu povo. Somos a quinta maior população do globo e a grande reserva de biodiversidade do planeta. Esse diferencial nos credencia a buscar um projeto de desenvolvimento justo e inovador no século XXI. A liderança brasileira na reciclagem da matriz energética mundial é um pedaço desse caminho, que estamos pavimentando como prioridade estratégica. Cerca de 40% da nossa demanda já é atendida por fontes renováveis de energia. No resto do mundo, a média é inferior a 15% e não chega a 7% no caso das nações mais ricas do mundo.

Com o etanol e o biodiesel, o Brasil tem condições de dar um passo à frente, tornando-se o maior fornecedor de energia renovável do planeta Terra.



É com o olhar voltado para esse horizonte que devemos avaliar o papel do novo Plano Nacional de Recursos Hídricos. Ele representa mais um arco de sustentação na grande ponte que elevará o Brasil à condição de primeira grande potência energética e ambiental da nossa história. Não se trata de reduzir nossa economia a uma base exportadora de matéria-prima barata, baseada na fartura das nossas águas, na generosidade do sol tropical ou na extensão de um imenso território. Trata-se, isto sim, de plantar e processar em solo brasileiro o petróleo do século XXI. E, principalmente, de consolidar em nossa terra uma nova relação entre desenvolvimento e natureza, numa parceria sustentável que gere empregos e equilíbrio ambiental, soberania estratégica e justiça social.

Minha querida Marina, meus queridos companheiros,

Ontem eu terminei a minha fala, ao sancionar a Lei, elogiando a Marina. Pasmem! Para minha surpresa, alguém disse que é porque a Marina era candidata a governadora do Acre. Eu, se tivesse que elogiar a Marina para ela ser candidata a governadora do Acre, eu iria para o Acre elogiá-la, e não aqui em Brasília, onde as pessoas não votam no Acre. Segundo, se elogiei a Marina do jeito que eu elogiei, certamente é porque, se tem uma pessoa que, pela sua dedicação, pela sua compreensão, pela sua – eu diria – vontade que as coisas aconteçam, numa área difícil, porque hoje está fácil falar de meio ambiente, hoje está ficando fácil ser ambientalista. Mas eu me lembro que há 20 anos atrás, num debate, a questão do meio ambiente era tão pouco divulgada, no Brasil, que um amigo meu, ao se defender de um ambientalista que dizia que era preciso preservar o meio ambiente, fez um discurso veemente dizendo: o teu partido não está com nada. Porque o meu partido defende o ambiente. Porque nós não queremos saber de meio ambiente, nós queremos é defender o ambiente inteiro.

Bem, a verdade é que as palavras biodiversidade, ecossistema e outras que eu já aprendi no governo, nas reuniões com o Ministério da Marina, estão ficando palavras fáceis de ser pronunciadas por crianças, por jovens, estão



aprendendo na escola, estão ensinando aos pais, estão aprendendo nas fábricas, nos escritórios, na televisão, no rádio, na imprensa. Então, aquilo que era difícil, na década de 80, começa a ficar fácil e mais maduro na década de 2000. E isso se deve à compreensão dos companheiros que assumiram o Ministério.

Eu me lembro – e faço questão de dizer aqui – que quando eu indiquei a Marina para ser ministra, e ela montou o Ministério, me disseram: “Presidente Lula, aquilo não é um Ministério, aquilo é uma ONG”. Ora, e o que aconteceu de verdade? O que aconteceu de verdade é que o governo inteiro e a sociedade avançaram para compreender o papel do Ministério do Meio Ambiente, e no meio ambiente as pessoas aprenderam para compatibilizar as necessidades do desenvolvimento do Brasil com a política de preservação ambiental, sem que isso parecesse coisas antagônicas. Ou seja, com a maior naturalidade, sem nenhuma dor. Esses dias eu fui convencido de que a gente não precisaria fazer a hidrelétrica de Ipueiras. Por quê? Porque ela iria alagar uma área de mil e 63 quilômetros quadrados de cerrado virgem para produzir apenas 400 megawatts de energia. E nós tínhamos, no Brasil, um monumento à insanidade que era Balbina, que alagou praticamente três mil quilômetros para produzir apenas 270 megawatts de energia. Então, para que fazer isso se a gente pode tentar encontrar outros meios? Há quem não goste, há quem nos critique. Mas isso só é possível pela prevalência do bom senso nas nossas conversas. Ou seja, ninguém quer ganhar de ninguém, não tem tese sobre tese. Tem uma única coisa: é pensar que das nossas divergências e das nossas convergências, quem deve ganhar é o Brasil. E quem deve ganhar, sobretudo, são os que virão depois de nós, aqueles que nós responsavelmente colocamos no mundo, que os nossos filhos e que os nossos netos irão reproduzi-los, eles é que um dia irão julgar, possivelmente, a nossa passagem pela vida, diferentemente do que julgamos hoje. Alguns estados brasileiros, alguns modelos de desenvolvimento, se tivessem sido pensado corretamente a gente não estava com cidades inteiras deterioradas, com rios totalmente



irrecuperáveis no curto prazo. Não porque não seja recuperável, porque não tem dinheiro para recuperá-lo no curto prazo.

Então, no Brasil, o Ministério do Meio Ambiente, as pessoas que cuidam disso, o Ministério Público, que muitas vezes nós reclamamos, mas temos que reconhecer: são esses instrumentos que nós temos para não permitir que façamos no século XXI as loucuras que fizemos no século XX ou no século XIX. Nós já aprendemos. Se nós estamos vendo países inteiros da Europa recuperando os rios que passaram séculos poluídos, por que nós vamos poluir aqueles que ainda não estão poluídos para as nossas futuras gerações gastarem recursos recuperando o que nós estragamos? Vamos ter bom senso, fica mais barato não estragá-los do que estragá-los para depois recuperá-los. Fica mais fácil utilizar o bom senso neste momento.

Então, eu quero dizer para vocês que termino a minha semana – a semana de Carnaval, obviamente – mas uma quarta, quinta e sexta ambientalmente correta e produtiva para o nosso país.

E eu queria dizer, Marina, sem que você seja candidata, obviamente, eu queria dizer o seguinte: por que a Marina age assim? Por que alguém age assim? Por que alguém tem a paciência... A Marina já participou de reunião em que, praticamente, com 10 ministros, 9 ministros, eu presente e a totalidade está contra a tese da Marina e uma semana depois, duas semanas depois, na mesma reunião, com as mesmas pessoas, a gente começa a convencer as pessoas, porque a Marina, como brasileira que é, e seringueira, não desiste nunca, ela fica perseverando, fica ali. Quando ela percebe que vai perder, ela pega a Bíblia, pensa, lê e vai levando.

Então, como ontem, eu queria dizer isso só para dizer, Marina, o seguinte: só é possível uma pessoa chegar ao nível de comportamento, de poder de decisão que a Marina tem depois de muito sofrimento, depois de muito aprendizado, depois de muita coisa que lhe aconteceu na vida.

E qual é a vantagem que a Marina tem sobre os demais, sobre os seres mortais comuns como nós? É que a Marina tem o conhecimento prático das



coisas nas suas veias, no sangue, porque ela veio de lá. Segundo, porque ela tem o conhecimento teórico, no cérebro, porque não se contentou com os conhecimentos práticos, ela combinou as duas coisas. E, terceiro, uma coisa que todo ser humano precisa aprender a ter: é que a Marina tem sensibilidade política no coração para ajudar a decidir as coisas.

Com esses três quesitos – prática, teoria e sensibilidade – nós só poderíamos estar aqui, hoje, dando os parabéns à nossa companheira Marina e aos que junto com ela trabalharam, para que a gente pudesse produzir uma das peças mais brilhantes que o mundo já produziu, na defesa das nossas questões hídricas, das nossas florestas.

Mais uma vez, querida, meus parabéns. Parabéns a todos que trabalharam com você. Parabéns à ANA, parabéns ao Recursos Hídricos, parabéns ao Langoni, parabéns ao Capobianco, parabéns à sociedade civil, aos empresários, à sociedade civil representante dos usuários.

Eu quero dizer o seguinte: vocês fizeram um gesto hoje. Qual é o gesto? O governo não precisa saber tudo, o governo não precisa compreender tudo, o governo tem apenas que ter a sensibilidade de deixar que as pessoas digam ao país o que é melhor para o próprio país. Foi isso que aconteceu.

Muito obrigado.